



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

| | |
|------------------------------|------------------------------------|
| Processo TC | 5969/989/16 |
| Poder | LEGISLATIVO |
| Município | Torre de Pedra |
| Entidade | CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE PEDRA |
| Período | 12/2017 |
| Relator | Dr. Edgard Camargo Rodrigues |
| Unidade Fiscalizadora | UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA |
| Responsável | GENIVALDO ANTONIO VICENTINI |
| Cargo | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL |
| CPF | 931.080.608-72 |
| Período de Gestão | 01/01/2017 a 31/12/2018 |

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

| Período | Gastos | RCL | % Gasto | % Permitido Legal |
|---------|----------------|-------------------|---------|-------------------|
| 12/2016 | R\$ 465.995,90 | R\$ 12.397.869,29 | 3,7587% | 6,0000% |
| 4/2017 | R\$ 475.598,12 | R\$ 12.027.823,94 | 3,9541% | 6,0000% |
| 8/2017 | R\$ 490.816,69 | R\$ 12.180.216,65 | 4,0296% | 6,0000% |
| 12/2017 | R\$ 503.518,04 | R\$ 11.532.400,69 | 4,3661% | 6,0000% |

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

| Período | Desp. Pessoal | RCL | % Gasto | % Ref. |
|---------|----------------|-------------------|---------|---------|
| 6/2017 | R\$ 480.957,03 | R\$ 12.244.762,08 | 3,9279% | 3,9279% |
| 7/2017 | R\$ 485.590,01 | R\$ 12.134.323,89 | 4,0018% | 3,9279% |
| 8/2017 | R\$ 490.816,69 | R\$ 12.180.216,65 | 4,0296% | 3,9279% |
| 9/2017 | R\$ 498.144,10 | R\$ 12.229.122,72 | 4,0734% | 3,9279% |
| 10/2017 | R\$ 511.422,80 | R\$ 12.295.322,27 | 4,1595% | 3,9279% |
| 11/2017 | R\$ 511.794,73 | R\$ 11.946.092,59 | 4,2842% | 3,9279% |
| 12/2017 | R\$ 503.518,04 | R\$ 11.532.400,69 | 4,3661% | 3,9279% |

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 4,3661%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

| | |
|---|---------------|
| Disponibilidade Financeira em 30/04 | R\$ 40.656,24 |
| (-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04 | R\$ 0,00 |
| (-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04 | R\$ 0,00 |
| (-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04 | R\$ 0,00 |
| (-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04 | R\$ 0,00 |
| (=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04 | R\$ 40.656,24 |
| Disponibilidade Financeira em 31/12 | R\$ 0,00 |
| (-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12 | R\$ 0,00 |
| (-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12 | R\$ 0,00 |
| (-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12 | R\$ 0,00 |
| (=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12 | R\$ 0,00 |
| Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04 | -100,0000% |

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

| Nomenclatura | Saldo Período Anterior | Movimento do Período | | Saldo Para o Período Seguinte |
|--|------------------------|----------------------|----------------|-------------------------------|
| | | Inscrição | Baixa | |
| <u>Restos a Pagar Processados</u> | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| <u>Restos a Pagar Não Processados</u> | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Consignações | R\$ 0,00 | R\$ 81.751,31 | R\$ 81.751,31 | R\$ 0,00 |
| Depósitos | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Outros | R\$ 18.773,21 | R\$ 806.483,25 | R\$ 798.081,65 | R\$ 27.174,81 |
| Total | R\$ 18.773,21 | R\$ | R\$ | R\$ 27.174,81 |

| | | | | |
|--|--|------------|------------|--|
| | | 888.234,56 | 879.832,96 | |
|--|--|------------|------------|--|

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 59,76%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

| | |
|--|----------------|
| Repasse total da Prefeitura | R\$ 670.000,00 |
| Despesas com inativos e pensionistas | R\$ 0,00 |
| Despesas com folha de pagamento | R\$ 400.363,53 |
| Despesa com folha/Transferências realizadas | 59,76% |
| Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000) | 70,00% |

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

| | |
|---|-------------------|
| Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior | R\$ 10.445.428,67 |
| Despesa total com remuneração de Vereadores | R\$ 151.169,63 |
| Limite art.º 29-A da CF/88 | 5,00% |
| Apuração do limite | 1,45% |

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,45%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

| | |
|--|-------------------|
| População do Município (*) | 2375 |
| Receita Tributária Ampliada exercício anterior | R\$ 10.445.428,67 |
| Percentual Máximo Permitido | 7,00% |
| Valor Permitido para Repasses | R\$ 731.180,00 |
| Total de Despesas do exercício | R\$ 651.926,54 |
| Percentual Apurado | 6,24% |

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 6,24%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 07/04/2018

Hora da Geração: 02:14:44